

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE
DO TURISMO NACIONAL
DESTINOS INDUTORES
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

SALVADOR

2013



APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE	4
2. RESULTADOS	6
2.1. Índice geral	6
2.2. Infraestrutura geral	9
2.3. Acesso	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos	12
2.5. Atrativos turísticos	14
2.6. Marketing e promoção do destino	16
2.7. Políticas públicas.....	17
2.8. Cooperação regional.....	19
2.9. Monitoramento	21
2.10. Economia local	22
2.11. Capacidade empresarial.....	24
2.12. Aspectos sociais	25
2.13. Aspectos ambientais.....	27
2.14. Aspectos culturais.....	28
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE.....	31

1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o Ministério do Turismo (MTur), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100¹:

Nível 1: intervalo entre 0 e 20;

Nível 2: intervalo entre 21 e 40;

Nível 3: intervalo entre 41 e 60;

Nível 4: intervalo entre 61 e 80;

¹ Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

Nível 5: destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

2. RESULTADOS

A pesquisa em Salvador foi realizada entre os dias 19 e 23 de agosto de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

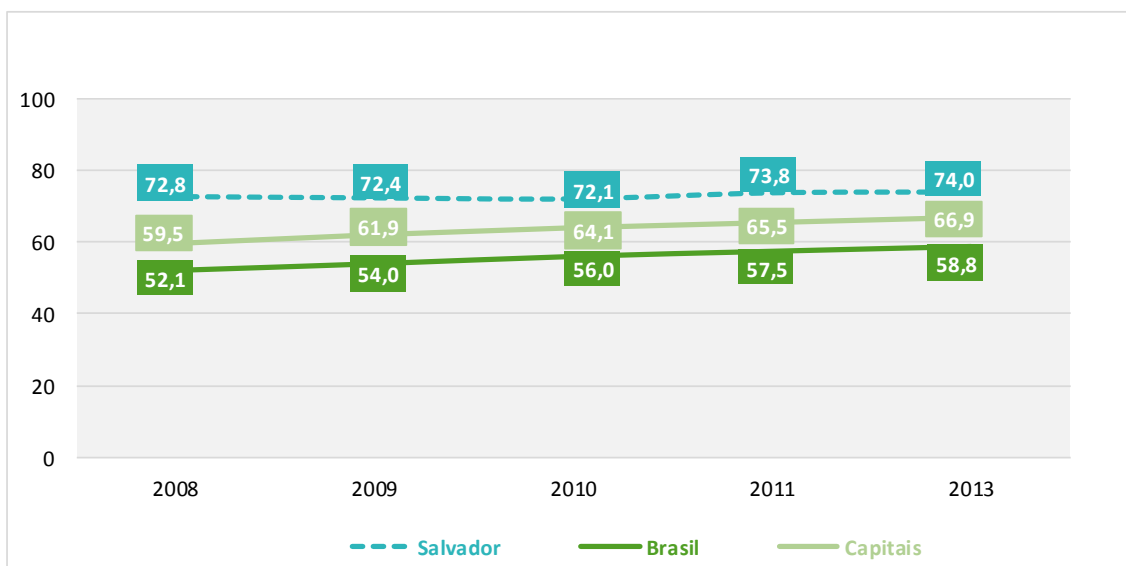
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

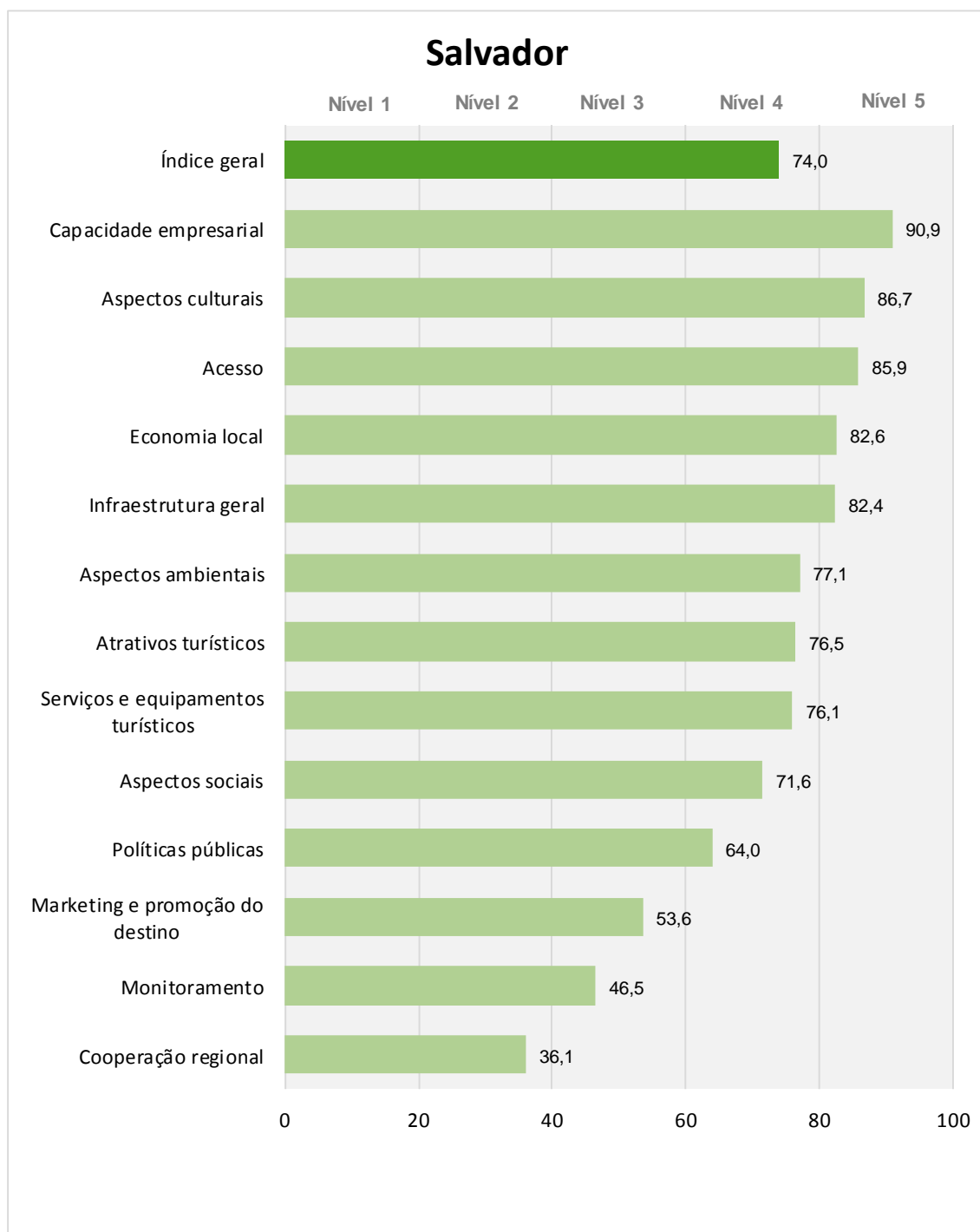
O índice geral do destino em 2013 foi de 74,0 (nível 4). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou estável em relação ao índice obtido em 2011 (73,8):

Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013



O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das capitais, demonstrando que o índice do destino não seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das capitais foi de 66,9.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices a partir do nível 4 (61 a 80), foram Capacidade empresarial, Aspectos culturais, Acesso, Economia local, Infraestrutura geral, Aspectos ambientais, Atrativos turísticos, Serviços e equipamentos turísticos, Aspectos sociais e Políticas públicas, conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, a dimensão com o menor nível de competitividade é Cooperação regional, a qual não ultrapassou o nível 2 (abaixo de 40,4).

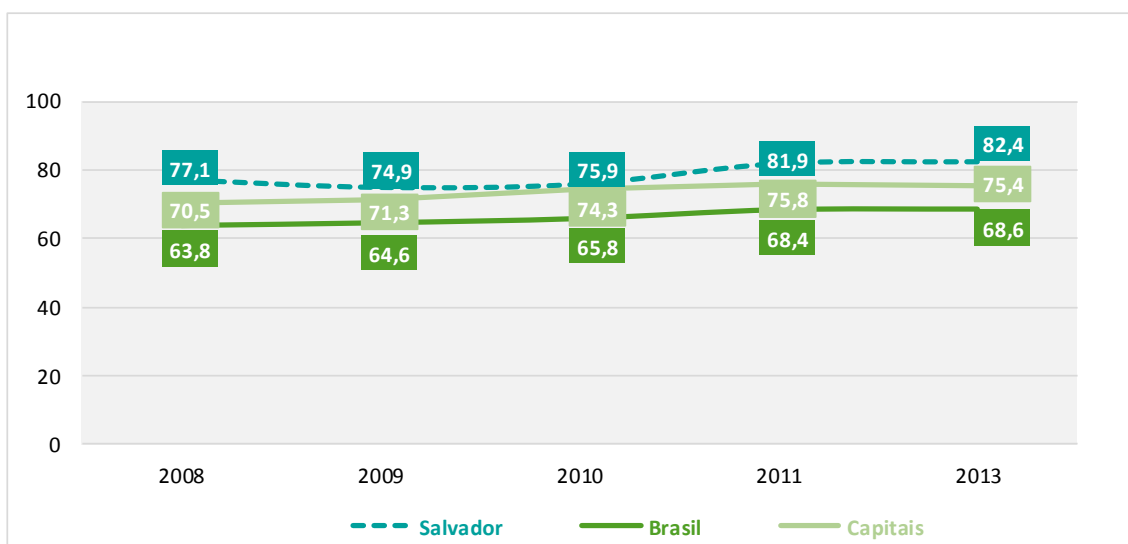
Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho

2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Salvador registrou 82,4 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice estável em relação ao obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com atendimento em nível de primeiros socorros, estrutura para pequenas cirurgias, cirurgias de emergência e exames especializados;
- Fornecimento ininterrupto de energia elétrica no período de alta temporada;
- Presença de um grupamento especial de atendimento ao turista na Polícia Militar;

- Existência de um programa de proteção ao turista na Polícia Civil;
- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento;
- Existência de Defesa Civil no destino;
- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas; e
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Os serviços públicos de atendimento médico em emergências 24 horas operam acima da capacidade durante a alta temporada; e
- A limpeza pública e o estado de conservação urbana do entorno das áreas turísticas necessita de melhorias.

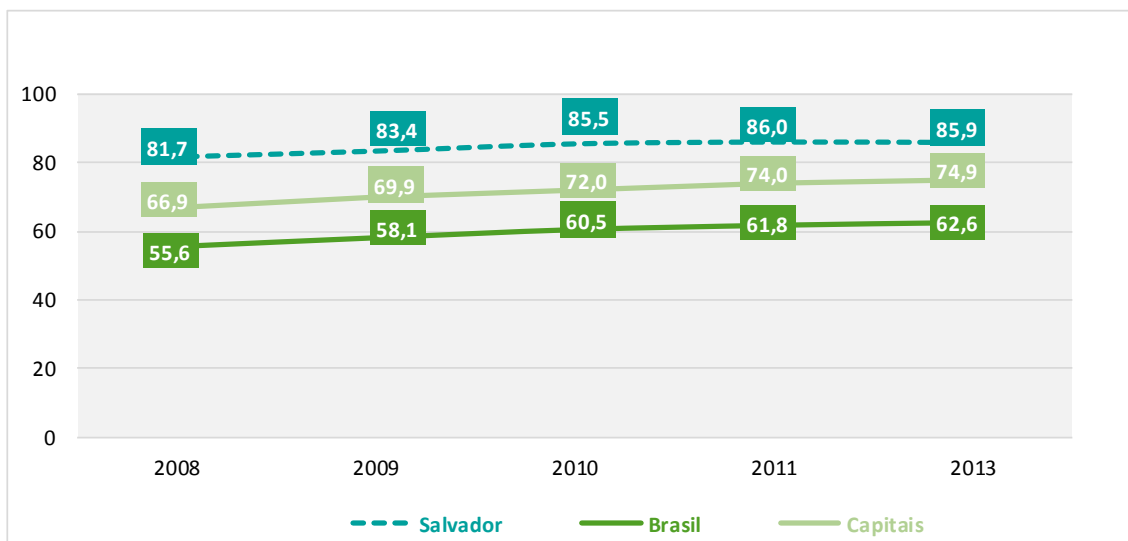
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

2.3. Acesso

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em *Acesso*, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 85,9 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice estável em relação ao obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 74,9 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto dentro do território municipal - Aeroporto Internacional de Salvador Dep. Luís Eduardo Magalhães -, com centro de atendimento ao turista, lojas, restaurantes e lanchonetes, sinalização interna em idioma estrangeiro, além de serviços como câmbio, serviços bancários, departamento médico e locadoras de automóveis;
- Opções de transporte público ou concessões para atender àqueles que desembarcam no terminal aéreo Dep. Luís Eduardo Magalhães – ônibus e táxi convencionais e táxi especial, conforme visita técnica ao município;
- Existência de um terminal rodoviário no destino;
- Oferta de transportes para o deslocamento dos que embarcam e desembarcam na rodoviária - ônibus e táxi convencionais e táxi especial;
- Terminal aquaviário que atende ao município, e pelo qual embarcam e desembarcam turistas;
- Linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar), na qual são oferecidas informações em idioma estrangeiro;
- Linhas de transporte urbano que atendem às principais atrações turísticas; e

- Serviços de táxi regularizados e padronizados.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

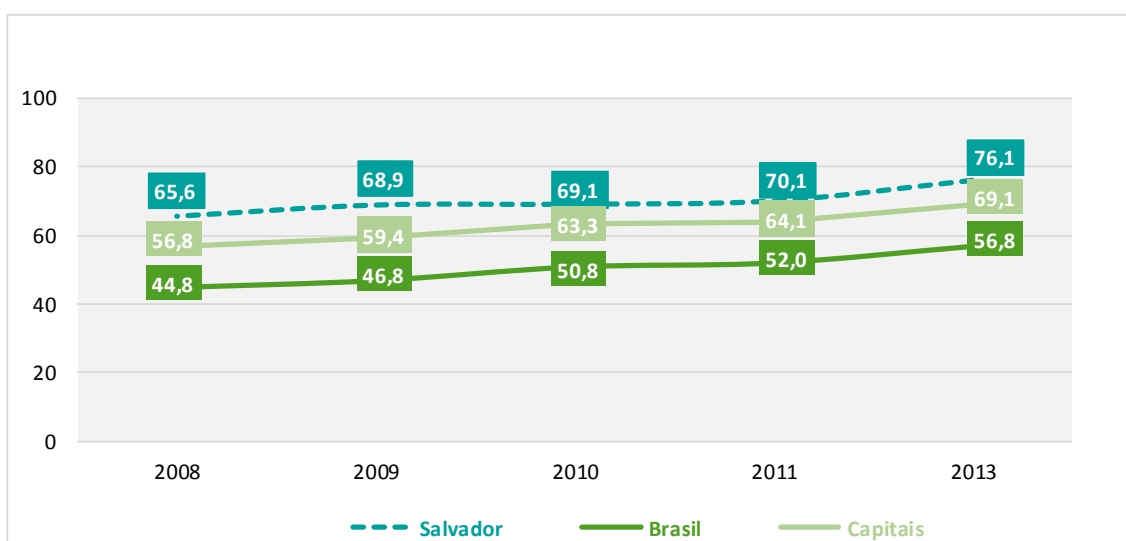
- Carência de serviços no terminal aquaviário que atendam ao fluxo turístico, tais como: restaurantes e lanchonetes, serviços bancários, sinalização interna em idioma estrangeiro e facilidades para pessoas com deficiência;
- Existência de congestionamentos no destino; e
- Carência de vagas para estacionamento nas áreas turísticas.

2.4. Serviços e equipamentos turísticos

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 76,1 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 69,1 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados pelo Mtur e com informações disponíveis em idioma estrangeiro;
- Sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos, e disponível também em idioma estrangeiro;
- Existência de Centros de Atendimento ao Turista no destino e que oferecem diversos serviços, como contatos de operadoras, guias, agências, pontos de acesso à internet, profissionais que fornecem informações sobre o destino e sobre os destinos a região;
- Centro de convenções no destino – Centro de Convenções da Bahia;
- Estrutura física disponível no centro de convenções, que conta com capacidade para mais de um evento, independentes e simultâneos, salas multiuso e estacionamento próprio e adequado ao porte;
- Localização do centro de convenções próximo às áreas turísticas e oferta de transporte público para o principal centro de convenções indicado;
- Cumprimento de quesitos de acessibilidade na maioria dos meios de hospedagem;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em idioma estrangeiro;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do MTur; e
- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres, técnicos e de graduação e capacitação nas áreas relacionadas ao turismo no município, como hotelaria, bares e restaurantes, organizadores de eventos, entre outras.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

- Estado de conservação da sinalização turística viária constatado durante visita técnica ao município;
- Existência de sinalização turística descritiva ou interpretativa em apenas parte dos atrativos; e

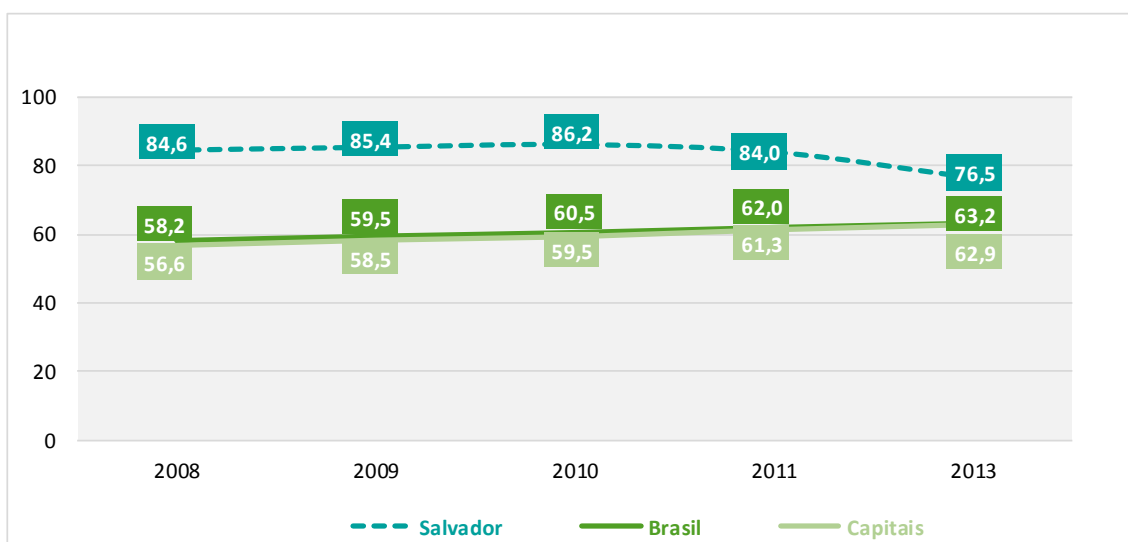
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem.

2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 76,5 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 62,9 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como: Praia do Porto da Barra, Baía de Todos os Santos e Lagoa do Abaeté;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: Conjunto do Pelourinho, Conjunto Arquitetônico do Comércio e Farol da Barra;

- Manutenção da estrutura física disponível no Conjunto do Pelourinho;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: Carnaval, Réveillon e Lavagem do Bonfim;
- O local onde acontece o principal evento programado indicado – Carnaval – conta com estrutura física ótima, e alguns quesitos de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais;
- Existência de atrativos de realizações técnicas, científicas ou artísticas que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para o Ilê Ayê, principal atrativo indicado nesta categoria; e
- São adotados quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência no Ilê Ayê.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

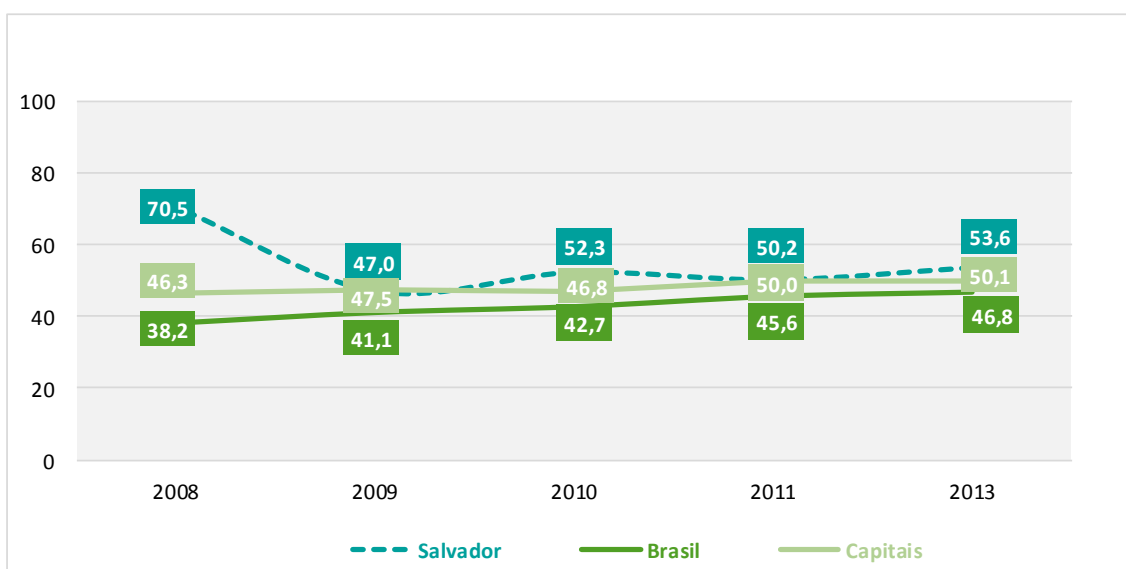
- Inexistência de estudo de capacidade de carga ou suporte para o principal atrativo natural - Praia do Porto da Barra -, a fim de minimizar o impacto da atividade turística sobre os recursos;
- Estrutura disponível na Praia do Porto da Barra carece de melhorias, por exemplo, calçadas e iluminação que necessitam de reparos, além de melhorias na conservação do patrimônio público, onde se observam sinais de depredação como pichação;
- Carência de recursos que viabilizem o acesso ou circulação de pessoas com deficiência no principal atrativo natural;
- Inexistência de estudo de capacidade de carga para o principal atrativo cultural indicado;
- Estado de conservação urbanística e ambiental do entorno do principal atrativo cultural indicado; e
- Ausência de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência no principal atrativo cultural.

2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de *marketing*; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 53,6 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 7. Índices *Marketing e promoção do destino* – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 50,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Participação em feiras e eventos do setor de turismo nos últimos dois anos;
- O destino turístico produziu, nos últimos cinco anos, eventos próprios para se promover fora de seu território;
- Existência de material promocional institucional disponível em idioma estrangeiro;

- Existência de material promocional que apresenta a oferta de espaços estruturados para eventos no destino;
- O material promocional do destino passa por revisão ortográfica profissional;
- Agenda de eventos disponível para consulta gratuitamente, impressa e online;
- Informações turísticas sobre o destino na página institucional do município na *internet* – acessível pelo endereço www.salvador.ba.gov.br; e
- Existência de página promocional de turismo do destino, acessível pelo endereço www.saltur.salvador.ba.gov.br, disponível também em idioma estrangeiro.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de plano de marketing formal para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;
- Não existe plano similar de marketing regional, que estabeleça ações e metas de mercado para o turismo no destino;
- Não participação em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo), ações que ajudariam a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional ou no mercado internacional;
- O material promocional do destino não alerta o visitante sobre ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, tampouco sobre a importância de preservar o meio ambiente; e
- Ausência de informações na página promocional do destino que deixem claro aos potenciais turistas a preocupação do destino em prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e em conservar o meio ambiente.

2.7. Políticas públicas

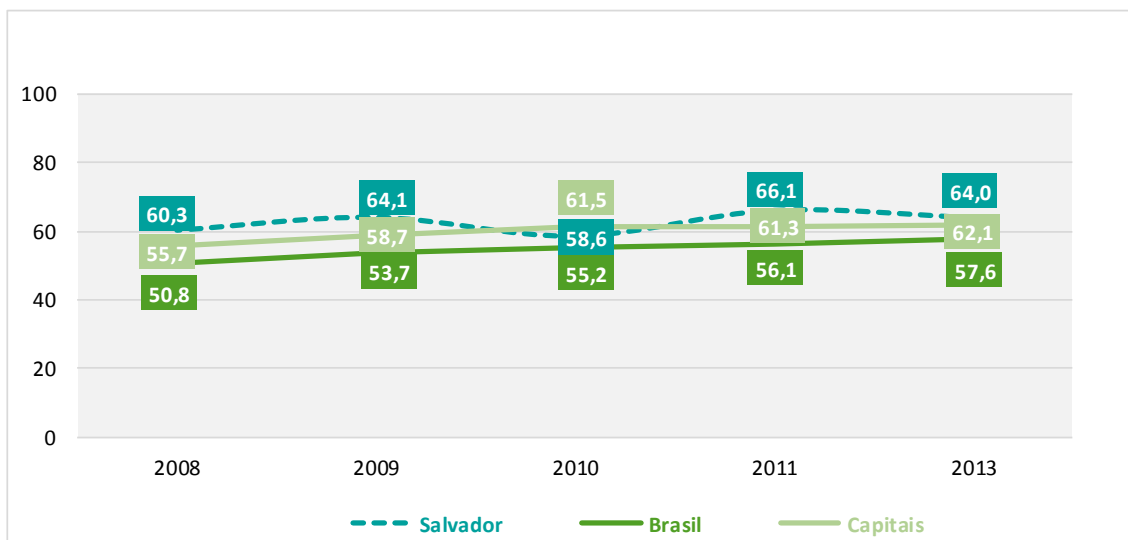
Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos:

(i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo

estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 64,0 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 62,1 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de um órgão municipal - Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Cultura - com atribuição de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo, ainda que não exclusivo;
- A Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Cultura desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, entre eles, projetos de infraestrutura turística com a Secretaria de Obras e a implantação do Pronatec Copa com a Secretaria de Ação Social;

- Além de atuar em cooperação com o Ministério do Turismo em programas ou convênios, foram feitos investimentos diretos do governo federal no destino em projetos ligados ao turismo, no ano anterior;
- Existência de Plano Diretor Municipal, que contempla o setor de turismo;
- Existência de planejamento formal para o setor de turismo, PDITS Salvador; e
- Execução de ações e projetos em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor ao longo do ano anterior.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

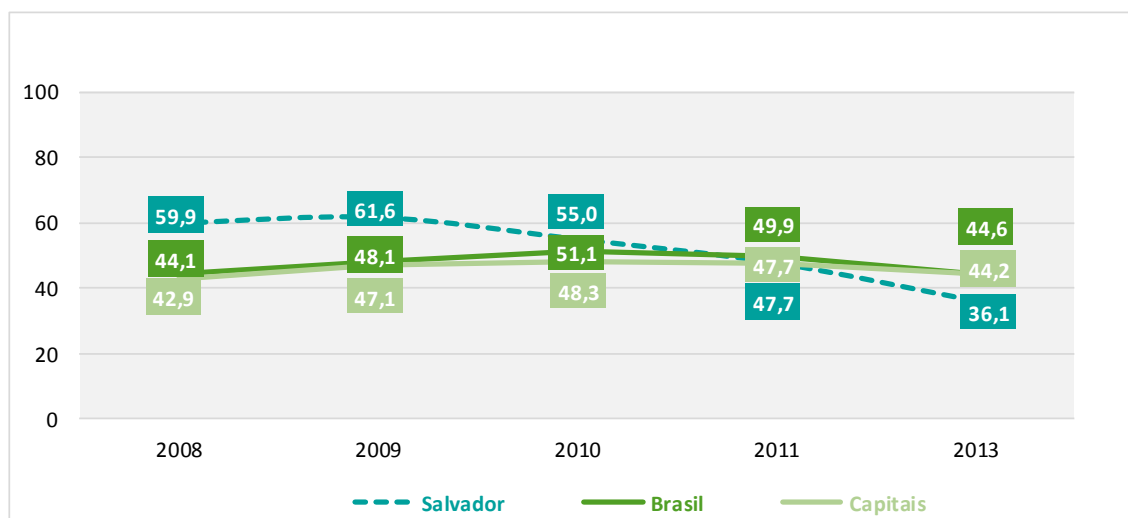
- O órgão gestor de turismo não é exclusivo da pasta turismo - Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Cultura;
- O órgão gestor de turismo não dispõe de fonte de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor; e
- O Conselho Municipal de Turismo de Salvador do destino está inativo.

2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 36,1 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 44,2 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- Realização de ações para mobilizar atores do setor de turismo do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior;
- Existência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região - PDITS Baía de Todos os Santos -, cujas ações e projetos contemplam o município avaliado;
- O destino integra roteiros regionais, comercializados por operadores e/ou agências, elaborados com informações de inventário ou cadastro da oferta turística, estruturados com a participação de atores do *trade* turístico; e
- No ano anterior, o destino participou de eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais ou da região turística dos quais faz parte, e realizou ações promocionais, em parceria com outros destinos da mesma região, com agentes/operadores de turismo receptivo.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

- A instância de governança regional - Câmara de Turismo da Baía de Todos os Santos – não está ativa;

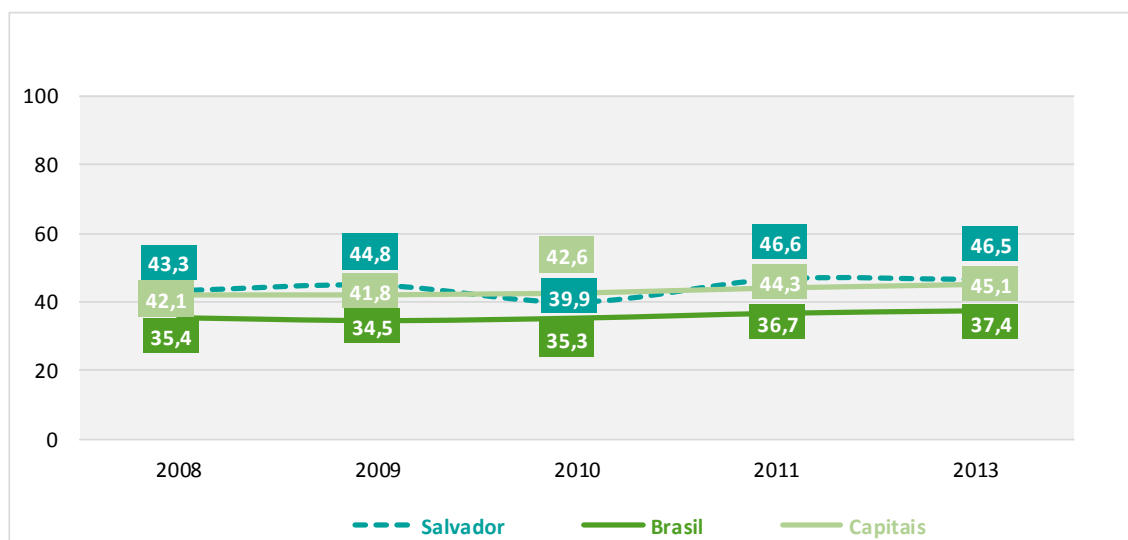
- Ausência de projetos de cooperação regional compartilhados com outros destinos da região - Baía de Todos os Santos;
- Não foram implementadas ações ou projetos previstos no plano de desenvolvimento turístico integrado para região da qual o destino faz parte;
- A elaboração dos roteiros regionais não contemplou o monitoramento dos impactos ambientais, socioculturais e econômicos à época da elaboração;
- Inexistência de página institucional da região turística na *internet*; e
- O destino não produz ou coproduz material promocional dos roteiros que integra e da região turística da qual faz parte.

2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv) medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 46,5 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice estável em relação ao obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 45,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de demanda periódica, que gera dados relevantes para o planejamento do turismo no destino;
- Aproveitamento e divulgação dos dados coletados na pesquisa de demanda em planejamento e políticas públicas e em ações de *marketing* e promoção;
- Disponibilidade de um conjunto de estatísticas turísticas; e
- Existência de setor específico de estudos no âmbito da administração pública local, Setor de pesquisas da Saltur, que realiza pesquisas em turismo.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

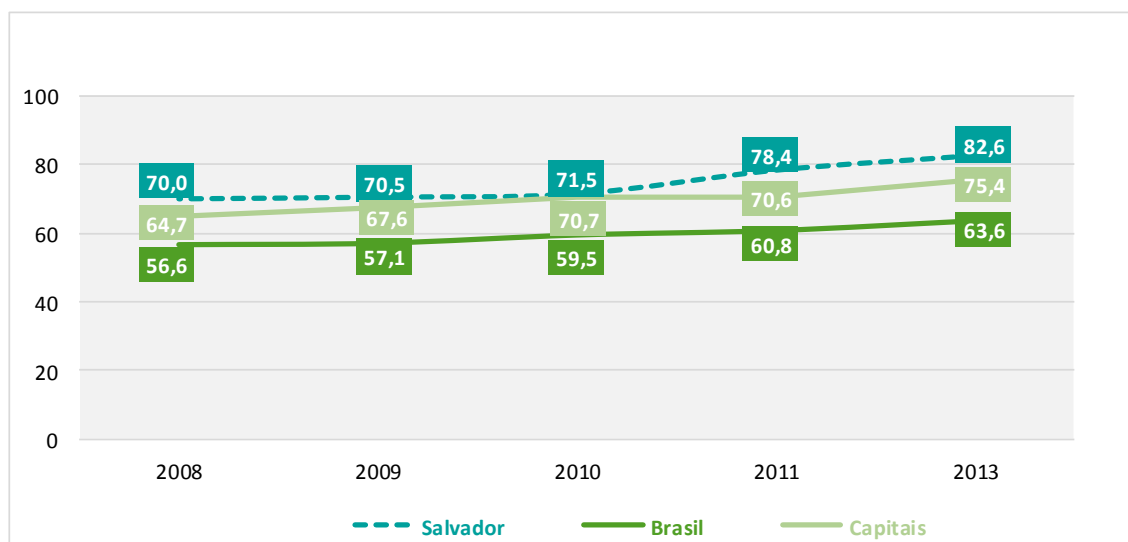
- Inexistência de pesquisa de oferta turística atualizada, – Inventário ou Cadastramento – para coleta de dados relevantes para a gestão, o planejamento e a divulgação de informações sobre o destino;
- Ausência de relatórios de conjuntura turística;
- Não acompanhamento dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal; e
- Não monitoramento dos impactos econômicos, sociais e ambientais gerados pelo turismo.

2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 82,6 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 75,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Acesso gratuito à internet em locais públicos;
- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de casas de câmbio para turistas estrangeiros;
- Existência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, como o Centro Empreendedor Municipal;
- Disponibilidade de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo, como a redução de 4% para 3% de ICMS, oferecido pelo Estado, a bares e restaurantes de Salvador;
- Oferta de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor por meio do Banco do Nordeste; e
- Existência de um polo de negócios significativo – Polo logístico de escoamento portuário da produção – que movimenta a economia local, e gera fluxo turístico receptivo.

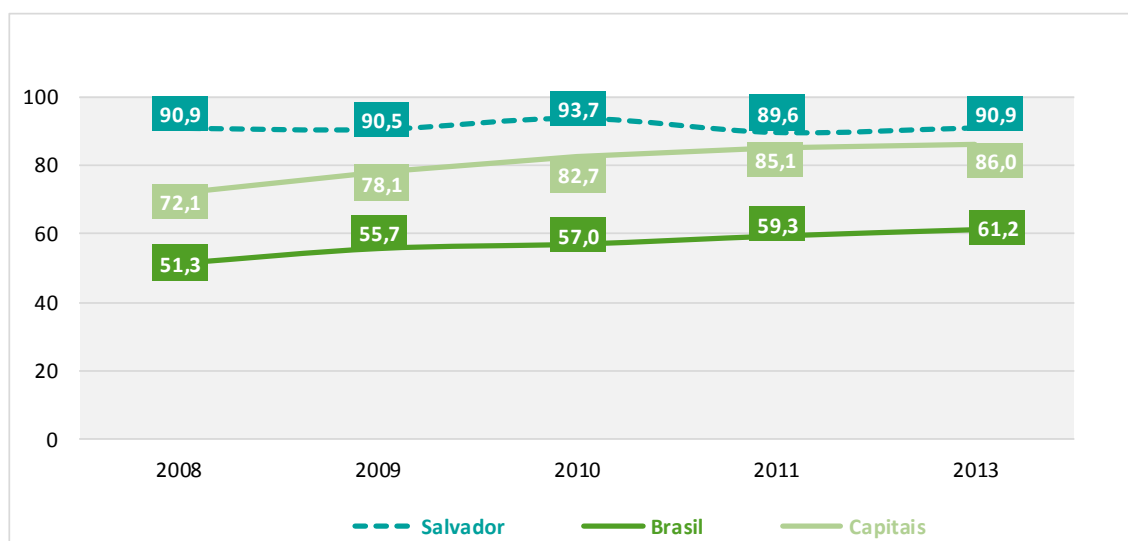
Além disso, nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 90,9 nessa dimensão em 2013 (nível 5), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 86,0 (nível 5), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior e de cursos livres, e de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de gerência e administrativo em meios de hospedagem, de acordo com a opinião dos entrevistados;
- Presença de grupos de redes nacionais e internacionais do setor de turismo, no segmento de locação de automóveis e redes de meios de hospedagem; e
- Presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários e de empresas que exportam mercadorias de alto valor agregado e perecíveis.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

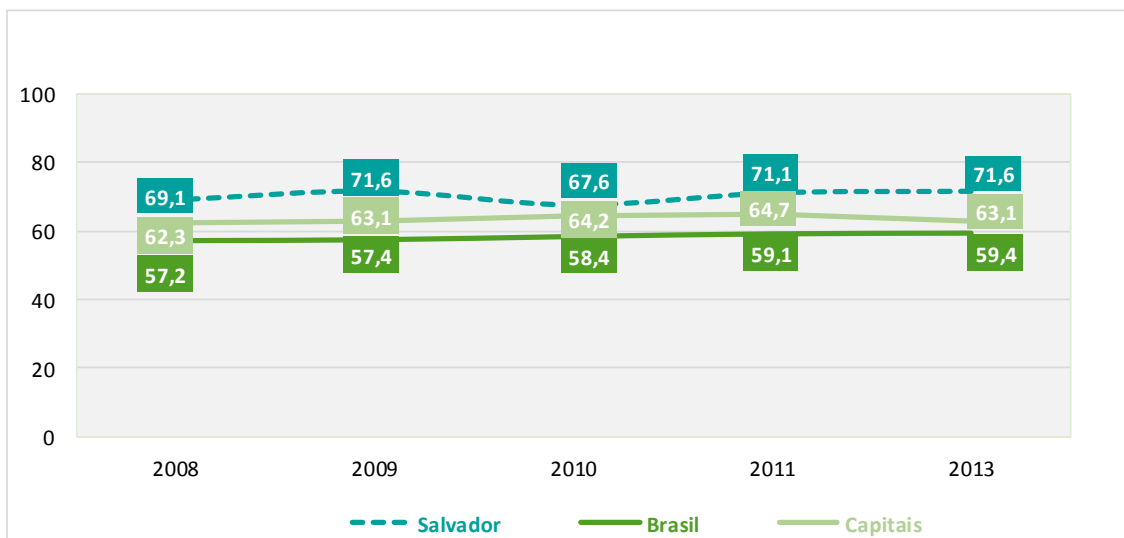
- Os adensamentos de empreendimentos turísticos não estão organizados como arranjos produtivos locais; e
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas falta de incentivos fiscais.

2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 71,6 (nível 4) nessa dimensão em 2013, índice estável em relação ao obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 63,1 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Adoção de políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal;
- Aplicação de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, que conta com o apoio da iniciativa privada, do terceiro setor e do poder público;
- Existência de programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local, ações contínuas realizadas por órgãos municipais;
- A população costuma ser consultada sobre atividades ou projetos turísticos por meio de audiências públicas; e
- Envolvimento da comunidade local com a atividade turística por meio de associações de moradores, organizações não governamentais, sindicatos e cooperativas.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

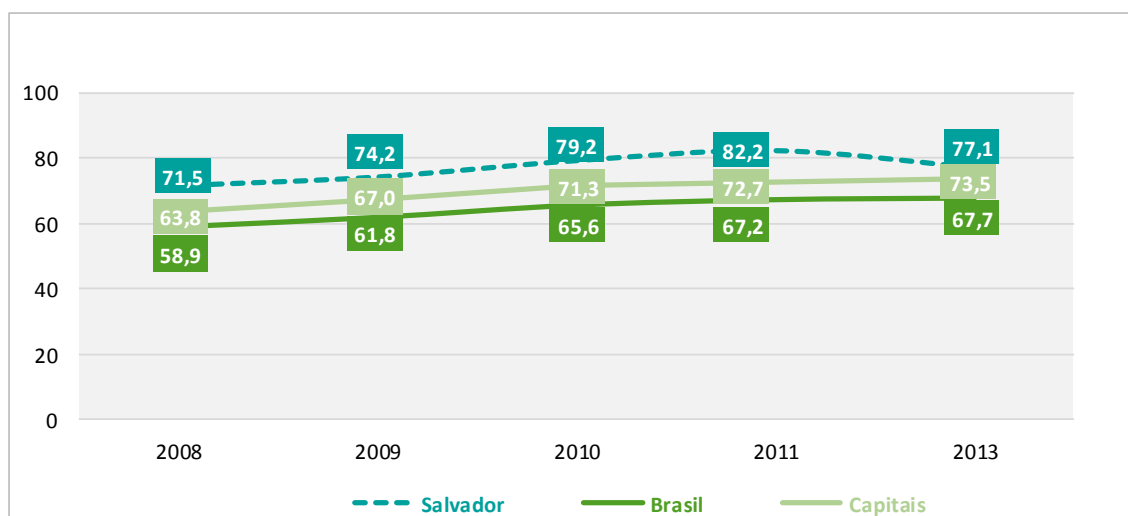
- Os investimentos direcionados pelo município para a educação não ultrapassam o percentual obrigatório de 25%;
- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Ausência de sensibilização dos cidadãos sobre os impactos da atividade turística para o destino, tanto positivos quanto negativos; e
- Ausência de sensibilização do turista para o respeito à comunidade local e para o respeito à cultura e ao patrimônio.

2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 77,1 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 73,5 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente- Secretaria Cidade Sustentável;
- Rede pública de distribuição de água;
- Realização de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;
- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto com configuração de separador absoluto que atende ao destino;
- Destinação pública de resíduos sólidos residenciais e comerciais para aterro sanitário;
- Disponibilidade de serviços de coleta seletiva residencial; e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal - APA Baía de Todos os Santos -, com conselho gestor.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

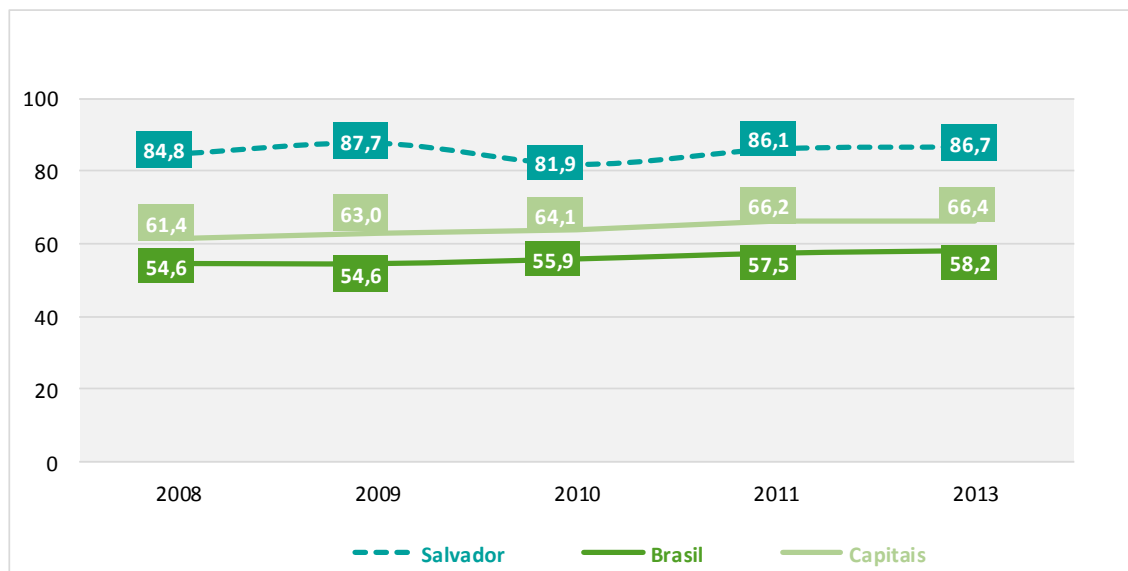
- Ausência de conselho municipal de meio ambiente atuante;
- Inexistência de Código Ambiental Municipal ou similar;
- Presença de atividades potencialmente poluidoras, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal, como siderúrgica e retirada fluvial de areia;
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização; e
- Ausência de plano de manejo para a principal Unidade de Conservação indicada - APA Baía de Todos os Santos.

2.14. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 86,7 nessa dimensão em 2013 (nível 5), um índice estável em relação ao obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das capitais avaliadas foi de 66,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal típica – entre as quais renda de bilro e pulseiras de balangandãs – e culinária típica – tais como acarajé, vatapá e caruru -, pelas quais o destino é reconhecido em esfera internacional.
- Presença de tradições culturais evidentes e típicas do seu território, entre elas: tradições de terreiros de candomblé e rodas de capoeira;
- Manifestações religiosas no destino – Candomblé e festas da Nossa Senhora dos Navegantes e do Nosso Senhor do Bonfim – que atraem fluxo turístico;
- Existência de comunidade tradicional no território municipal - Comunidade Quilombola – e grupos artísticos de manifestação popular tradicional, tais como o Olodum e a Banda do Ilê Ayê;

- Existência de patrimônios imateriais registrados, patrimônios artísticos tombados, sítio arqueológico e bens tombados como patrimônio histórico que se constituem em atrativos turísticos;
- Existência de bem reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO - Centro Histórico de Salvador;
- Presença de órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura;
- O destino aplica política municipal de cultura que, entre outros benefícios, ajuda a manter um calendário de manifestações culturais;
- Existência de legislação municipal de cultura e fundo municipal de cultura; e
- Existência de projeto para implementação de turismo cultural.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- O fundo municipal de cultura não é efetivo;
- O destino não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura; e
- Não monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga.

3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Salvador, é possível concluir que, em 2013, houve estabilidade do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa².

² Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.

Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e capitais

Dimensões	Brasil			Capitais			Salvador		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	64,1	65,5	66,9	72,1	73,8	74,0
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	74,3	75,8	75,4	75,9	81,9	82,4
Acesso	60,5	61,8	62,6	72,0	74,0	74,9	85,5	86,0	85,9
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	63,3	64,1	69,1	69,1	70,1	76,1
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	59,5	61,3	62,9	86,2	84,0	76,5
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	46,8	50,0	50,1	52,3	50,2	53,6
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	61,5	61,3	62,1	58,6	66,1	64,0
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	48,3	47,7	44,2	55,0	47,7	36,1
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	42,6	44,3	45,1	39,9	46,6	46,5
Economia local	59,5	60,8	63,6	70,7	70,6	75,4	71,5	78,4	82,6
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	82,7	85,1	86,0	93,7	89,6	90,9
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	64,2	64,7	63,1	67,6	71,1	71,6
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	71,3	72,7	73,5	79,2	82,2	77,1
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	64,1	66,2	66,4	81,9	86,1	86,7

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das "Não capitais" refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.